



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
文化局
Instituto Cultural

Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa,

Chan Meng Kam

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, o Instituto Cultural (IC) apresenta a seguinte resposta à interpelação escrita do Senhor Deputado Chan Meng Kam, de 18 de Julho de 2016, enviada a coberto do ofício n.º 653/E533/V/GPAL/2016 da Assembleia Legislativa, de 20 de Julho de 2016, e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo a 22 de Julho de 2016:

Para responder às necessidades crescentes dos cidadãos no âmbito da autovalorização, aquisição de cultura geral e ocupação dos tempos livres, o Governo da RAEM planeou construir uma biblioteca geral de grandes dimensões.

Em Outubro de 2007, o edifício do antigo tribunal foi oficialmente entregue ao IC. Para permitir a participação da sociedade, aumentar a transparência do processo e reunir o consenso da população, foram realizadas, respectivamente em 2008 e 2009, as primeira e segunda fases do Concurso de Desenho Conceptual da Nova Biblioteca Central de Macau. Contudo, devido às apreensões que na altura se levantaram relativamente aos procedimentos desenvolvidos, à necessidade de realização de concurso e à incerteza sobre a utilização do projecto final na construção da biblioteca, em 2010, o Governo da RAEM resolveu abandonar o procedimento, para desenvolvimento de novas diligências. A planeada Nova Biblioteca Central de Macau tem uma dimensão bastante grande, abrangendo o edifício do antigo tribunal e as alas oeste e leste do edifício da antiga sede da Polícia Judiciária, perfazendo a futura área bruta de construção, de acordo com o plano inicial, o total de 33 000



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
文化局
Instituto Cultural

metros quadrados. Por se desconhecer na altura, a data de desocupação do edifício por parte da Polícia Judiciária, perspectivou-se realizar as obras em duas fases, na primeira, as do edifício do antigo tribunal e, na segunda, as das duas alas do edifício da antiga sede da Polícia Judiciária.

O IC iniciou em 2011 e concluiu em 2012 o planeamento da primeira fase. As restrições e as condicionantes do edifício do antigo tribunal levantaram inúmeros problemas técnicos, ao pretender construir-se no espaço, uma biblioteca de grande dimensão que correspondesse às necessidades da nova era e que funcionasse devidamente. Desde logo a necessidade de cumprir tanto o disposto no Regulamento Geral da Construção Urbana, como o disposto no Regulamento de Segurança contra Incêndios, implicaria a necessidade de, ao concentrar todos os equipamentos necessários no âmbito das obras da primeira fase, o edifício ter de dispor de um piso de refúgio. Isto não só não permitiria uma disposição espacial adequada e o planeamento dos equipamentos de uma forma flexível e pragmática, como também reduzia bastante o espaço disponível em cada piso, prejudicando assim os serviços a prestar no futuro.

Em finais de 2012, ao conhecer o plano da Polícia Judiciária de sair do edifício da antiga sede em 2014, o IC decidiu ajustar o plano inicial no que respeita ao planeamento, ao projecto e à execução das obras, associando o planeamento das duas fases e submetendo um único projecto à aprovação da entidade competente. O planeamento conjunto, para além de permitir uma distribuição mais racional do espaço disponível, face à possibilidade de partilha de equipamentos, permite ainda dispensar o piso de refúgio. Isto implica uma redução de custos e a libertação de mais espaço, proporcionando condições mais favoráveis para a criação de uma área pública de leitura de qualidade. De facto, o novo projecto permitirá



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
文化局
Instituto Cultural

acrescentar uma livraria, uma loja de produtos criativos, um café galeria, um espaço polivalente para exposições e espectáculos e um pequeno museu da Polícia Judiciária, entre outros, com o objectivo de transformar o edifício da Nova Biblioteca Central numa nova referência cultural na península de Macau. Assim sendo, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura autorizou o planeamento conjunto das duas fases de construção.

Em 2013 o IC iniciou novo planeamento integral dos edifícios do antigo tribunal e da sede da Polícia Judiciária, tendo concluído, no ano de 2014, o Estudo Prévio, o qual foi submetido à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transporte (DSSOPT). Em 2015 a Polícia Judiciária desocupou completamente a antiga sede e o IC fez um planeamento preliminar sobre aquisições de materiais bibliográficos e de equipamentos para a nova biblioteca. Em 2016, a fim de realizar eficazmente a preparação do projecto de construção da Nova Biblioteca Central de Macau, o IC e a DSSOPT criaram um grupo de trabalho interdepartamental para proceder a diversos trabalhos, incluindo entre outros, a abertura de concursos para a prestação de serviços de aperfeiçoamento das peças desenhadas e do projecto de execução, para a fiscalização e para realização das obras preliminares de requalificação ambiental. Após a conclusão do aperfeiçoamento do projecto, prevista para o ano de 2018, o mesmo será entregue à DSSOPT para início da execução e acompanhamento das obras de construção.

A data da entrada em funcionamento da nova biblioteca dependerá do desenvolvimento dos processos de concurso e dos procedimentos administrativos necessários para a implementação dos diferentes trabalhos.

O planeamento orçamental abrange, entre outros, os custos das obras preliminares, do



澳門特別行政區政府
Governho da Região Administrativa Especial de Macau
文化局
Instituto Cultural

aperfeiçoamento das peças desenhadas e do projecto de execução, da construção, da decoração, das aquisições do acervo bibliográfico, dos equipamentos e do mobiliário. Tomando como referência o custo médio das obras de construção de grande dimensão em 2015 e considerando a taxa de inflação anual de 5%, de acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, os custos das obras de construção, em 2018, serão na ordem das vinte e oito mil patacas por metro quadrado, pelo que se estima que os custos de construção, excluindo os demais custos referidos, venham a ser de cerca de novecentos milhões de patacas.

Agradeço desde já a atenção de V. Ex.^a para o assunto.

Macau, aos 28 de Julho de 2016.

O Presidente do Instituto Cultural

Ung Vai Meng